

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados do Noroeste de Mato Grosso e
Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre**

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre
- Sicredi Noroeste MT e Acre
Araputanga - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 1 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à mudança da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	30.049	29.405
Carteira de Crédito *	248.860	193.204
Depósitos	168.642	131.616
Patrimônio Líquido	85.616	87.193
Capital	40.864	42.073
Resultado Antes das Destinações	18.073	20.826
Rentabilidade do PL	21,11%	23,88%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		334.418	297.458	CIRCULANTE		199.894	196.191
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.914	10.479	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	64.153	58.497
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		129.350	86.929	Depósitos à Vista		55.681	53.383
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		5	3	Depósitos a Prazo		8.472	5.114
Correspondentes no País		271	463	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		65.637	69.207
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	129.074	86.463	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		15	203
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	177.641	186.222	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	65.622	69.004
Operações de Crédito		190.384	199.613	RELACIONES INTERDEPENDÊNCIAS		632	959
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.743)	(13.391)	Recursos em Trânsito de Terceiros		632	959
OUTROS CRÉDITOS		14.391	13.103	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	44.636	47.324
Créditos por Ávails e Fianças Honrados		65	29	Empréstimos País - Outras Instituições		44.636	47.324
Rendas a Receber		1.202	1.776	OUTRAS OBRIGAÇÕES		24.836	20.204
Diversos	(NOTA 07)	13.389	11.441	Cobrança e Arrecadação de Tributos		31	28
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(265)	(143)	Sociais e Estatutárias		2.392	1.629
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	2.122	725	Fiscais e Previdenciárias		636	533
Outros Valores e Bens		2.168	653	Diversas	(NOTA 14)	21.777	18.014
(Provisão para desvalorização)		(161)	(26)				
Despesas Antecipadas		115	98				
NAO CIRCULANTE		40.922	42.676	NAO CIRCULANTE		88.253	76.172
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.001	21.381	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		88.253	76.172
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.313	50	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	67.463	71.691
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.313	50	Depósitos a Prazo		67.463	71.691
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	15.563	21.253	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		602	4.481
Operações de Crédito		17.862	23.452	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	602	4.481
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.299)	(2.199)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	20.188	-
OUTROS CRÉDITOS		125	78	Empréstimos País - Outras Instituições		20.188	-
Diversos	(NOTA 07)	127	78				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(2)	-				
PERMANENTE		23.921	21.295	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.193	67.771
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	10.115	9.072	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	42.073	35.018
Outros Investimentos		10.115	9.072	De Domiciliados no País		42.155	35.061
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	9.979	8.931	(Capital a Realizar)		(82)	(43)
Imóveis de Uso		2.157	2.157	RESERVAS DE SOBRAS		39.248	27.657
Outras Imobilizações de Uso		12.594	10.395	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.872	5.096
(Depreciação acumulada)		(4.772)	(3.621)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	3.827	3.292				
Outros Ativos Intangíveis		6.497	5.389				
(Amortização acumulada)		(2.670)	(2.097)				
TOTAL DO ATIVO		375.340	340.134	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		375.340	340.134

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	33.427	-	33.427	65.529	3	65.532	63.062	1	63.063
Operações de Crédito	33.322	-	33.322	65.386	3	65.389	63.061	1	63.062
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	105	-	105	143	-	143	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(13.579)	(456)	(14.035)	(34.548)	(758)	(35.306)	(33.402)	(674)	(34.076)
Operações de Captação no Mercado	(4.789)	(9)	(4.798)	(9.400)	(16)	(9.416)	(8.510)	(17)	(8.527)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.512)	(447)	(5.959)	(10.943)	(742)	(11.685)	(10.666)	(657)	(11.323)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.278)	-	(3.278)	(14.205)	-	(14.205)	(14.226)	-	(14.226)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	19.848	(456)	19.392	30.981	(755)	30.226	29.660	(673)	28.987
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.598)	1.909	(6.689)	(15.590)	3.833	(11.757)	(15.889)	4.217	(11.672)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.572	3.861	6.433	4.766	7.146	11.912	3.851	5.951	9.802
Rendas de Tarifas Bancárias	2.865	-	2.865	5.706	-	5.706	4.222	2	4.224
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.661)	(831)	(10.492)	(18.005)	(1.289)	(19.294)	(15.410)	(1.095)	(16.505)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.100)	(836)	(8.936)	(15.493)	(1.394)	(16.887)	(12.474)	(1.293)	(13.767)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(48)	(197)	(245)	(97)	(364)	(461)	(43)	(303)	(346)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	12.464	282	12.746	21.526	329	21.855	13.823	1.575	15.398
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(8.690)	(370)	(9.060)	(13.993)	(595)	(14.588)	(9.858)	(620)	(10.478)
RESULTADO OPERACIONAL	11.250	1.453	12.703	15.391	3.078	18.469	13.771	3.544	17.315
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	119	5	124	2.352	5	2.357	(316)	(76)	(392)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.369	1.458	12.827	17.743	3.083	20.826	13.455	3.468	16.923
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	635	635	-	-	-	-	(168)	(168)
Provisão para Imposto de Renda	-	372	372	-	-	-	-	(96)	(96)
Provisão para Contribuição Social	-	263	263	-	-	-	-	(72)	(72)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.369	2.093	13.462	17.743	3.083	20.826	13.455	3.300	16.755
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.083	(3.083)	-	3.300	(3.300)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.369	2.093	13.462	20.826	-	20.826	16.755	-	16.755
DESTINAÇÕES	-	-	-	(14.954)	-	(14.954)	(11.659)	-	(11.659)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.145)	-	(3.145)	(2.644)	-	(2.644)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)	(1.274)	-	(1.274)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.340)	-	(7.340)	(6.370)	-	(6.370)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.001)	-	(1.001)	(1.371)	-	(1.371)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.872	-	5.872	5.096	-	5.096

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre
 CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	28.258	18.494	4.739	51.491
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.873	-	(3.262)	(1.389)
Destinações para reservas	-	1.422	(1.422)	-
Outras destinações	-	-	(55)	(55)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.545	-	-	3.545
Baixas de capital	(1.248)	-	-	(1.248)
Resultado do período	-	-	16.755	16.755
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.274)	(1.274)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.370	(6.370)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.590	-	(2.644)	(54)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.371	(1.371)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	35.018	27.657	5.096	67.771
Mutações do Período	6.760	9.163	357	16.280
Saldos no início do período em 01/01/2016	35.018	27.657	5.096	67.771
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.226	-	(3.172)	(1.946)
Destinações para reservas	-	1.250	(1.250)	-
Outras destinações	-	-	(674)	(674)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.672	-	-	4.672
Baixas de capital	(1.902)	-	-	(1.902)
Resultado do período	-	-	20.826	20.826
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.468)	(1.468)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.340	(7.340)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.059	-	(3.145)	(86)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.001	(1.001)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	2.000	(2.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.073	39.248	5.872	87.193
Mutações do Período	7.055	11.591	776	19.422
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	37.373	28.907	7.364	73.644
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.796	-	-	2.796
Baixas de capital	(1.155)	-	-	(1.155)
Resultado do período	-	-	13.462	13.462
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.468)	(1.468)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.340	(7.340)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.059	-	(3.145)	(86)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.001	(1.001)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	2.000	(2.000)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.073	39.248	5.872	87.193
Mutações do Período	4.700	10.341	(1.492)	13.549

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT
e Acre**
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.934	21.117	25.894
Resultado do semestre/exercício	13.462	20.826	16.755
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(6.528)	291	9.139
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(5.915)	(547)	8.725
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	147	135	14
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	31	123	(126)
Depreciação do imobilizado de uso	732	1.424	1.178
Amortização do intangível	312	573	484
Baixas do ativo permanente	72	74	315
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(198)	(131)	58
Destinações ao FATES	(1.468)	(1.468)	(1.274)
Dividendos SicrediPar	(241)	109	(235)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	2.908	26.563	(10.372)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(558)	(1.261)	(51)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.072	(2)	10
Redução em relações com correspondentes	280	192	11
(Aumento) Redução em operações de crédito	(7.261)	14.819	(38.551)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.398)	(7.450)	12.077
(Aumento) em outros créditos	(559)	(1.568)	(3.652)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.347)	(1.531)	52
Aumento (Redução) em depósitos	(19.363)	1.428	1.575
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(451)	(327)	155
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	23.389	17.500	13.892
Absorção de dispêndios pelo FATES	(711)	(1.743)	(1.250)
Aumento em outras obrigações	7.815	6.506	5.360
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	9.842	47.680	15.522
Aquisição de Investimentos	-	(1.043)	(1.673)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.682)	(2.547)	(3.196)
Aplicações no Intangível	(213)	(1.108)	(1.554)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.895)	(4.698)	(6.423)
Integralização de capital	2.795	4.672	3.545
Baixa de capital	(1.155)	(1.902)	(1.248)
Juros ao capital próprio	(86)	(86)	(54)
Distribuição de Sobras	-	(2.620)	(1.444)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.554	64	799
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	9.501	43.046	9.898
Caixa e equivalente de caixa no início do período	130.487	96.942	87.044
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	139.988	139.988	96.942

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/01/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	297.534	(76)	297.458
OUTROS CRÉDITOS	13.179	(76)	13.103
Diversos	11.517	(76)	11.441
Ativo Não circulante	42.600	76	42.676
OUTROS CRÉDITOS	2	76	78
Diversos	2	76	78
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.672)	-	(11.672)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.090	(288)	9.802
Rendas de Tarifas Bancárias	3.936	288	4.224
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(10.321)	(51)	(10.372)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	15.573	(51)	15.522
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.474)	51	(6.423)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

I) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	10.914	10.479
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	129.074	86.463
Total	139.988	96.942

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.313	50
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.313	50
Total realizável a longo prazo	1.313	50

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	103.199	14.551	117.750	134.694
Financiamentos	19.790	2.510	22.300	20.180
Financiamentos rurais e agroindustriais	67.395	801	68.196	68.191
Carteira total	190.384	17.862	208.246	223.065

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avals e Fianças Honrados	65	-	65	29
Devedores por compra de valores e bens	49	126	175	-
Títulos e créditos a receber (i)	9.544	1	9.545	8.033
Total	9.658	127	9.785	8.062

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	110.603	102.944	553	515
Nível B	1,00	37.056	54.617	371	546
Nível C	3,00	42.125	40.764	1.264	1.223
Nível D	10,00	9.196	13.729	920	1.373
Nível E	30,00	7.078	6.891	2.123	2.066
Nível F	50,00	2.926	3.609	1.462	1.805
Nível G	70,00	1.436	1.227	1.005	859
Nível H	100,00	7.611	7.346	7.611	7.346
Total (i)		218.031	231.127	15.309	15.733

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	4.930	36.944	53.063	12.450	107.387
Rural	918	10.402	56.075	801	68.196
Industrial	572	1.216	2.259	221	4.268
Comércio	1.452	15.204	10.707	3.369	30.732
Outros Serviços	410	2.710	3.180	1.148	7.448
Total	8.282	66.476	125.284	17.989	231.127

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	23.226	10,65	25.898	11,21
50 devedores seguintes	40.367	18,51	40.116	17,36
100 devedores seguintes	32.028	14,69	31.983	13,84
Demais	122.410	56,14	133.130	57,60
Total	218.031	100	231.127	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	15.733	7.134
Constituição de provisão	14.205	14.226
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.629)	(5.627)
Saldo final	15.309	15.733

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.244 (2015 - R\$ 2.559), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 3.506 (2015 - R\$ 21).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	76	56
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.961	1.657
Devedores por compra de valores e bens	49	-
Devedores por depósitos em garantia	301	362
Impostos e contribuições a compensar	446	170
Títulos e créditos a receber	9.544	8.031
Valores honrados	262	152
Cotas de consórcio	225	191
Operações com cartões	26	46
Pendências a regularizar	12	374
Outros	487	402
Total Circulante	13.389	11.441
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	76
Devedores por compra de valores e bens	126	-
Títulos e créditos a receber	1	2
Total realizável a longo prazo	127	78

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	2.168	653
Imóveis	1.276	377
Veículos e afins	778	61
Bens em regime especial	114	215
Despesas antecipadas	115	98
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(161)	(26)
Total Circulante	2.122	725

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 161 (2015 - R\$ 26) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	4.801	4.529
Sicredi Participações S.A.	5.313	4.542
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.115	9.072

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.724.034 ON	1.473.805 ON	1	1	4.800.956	4.529.874
	3.589.125 PN	3.067.815 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,61%	0,56%	0,63%	0,72%	4,09%	3,87%
Capital social	869.279	804.351	165	138	117.452	116.950
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	122.111	121.225
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	500	585
Valor do investimento	5.313	4.542	1	1	4.801	4.529

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	14.751	(4.772)	9.979	8.931
Imobilizações em curso	-	1.763	-	1.763	609
Terrenos	-	355	-	355	355
Edificações	4%	1.802	(563)	1.239	1.296
Instalações	10%	3.777	(1.104)	2.673	3.407
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.840	(941)	1.899	1.422
Sistema de comunicação	10%	187	(40)	147	129
Sistema de processamento de dados	20%	3.282	(1.854)	1.428	1.246
Sistema de segurança	10%	185	(66)	119	114
Sistema de transporte	20%	560	(204)	356	353
Intangível (i)	5% a 15%	6.497	(2.670)	3.827	3.292
Investimentos Confederação		6.497	(2.670)	3.827	3.292
Total		21.248	(7.442)	13.806	12.223

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	55.681	-	-	55.681
Depósitos a prazo	4.891	3.581	67.463	75.935
Total	60.572	3.581	67.463	131.616
				130.188

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	65.622	61.498
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	65.622	61.498
Outros Recursos	-	7.506
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	7.506
Total circulante	65.622	69.004
Recursos do Crédito Rural	602	4.481
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	602	4.481
Total exigível a longo prazo	602	4.481

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 14,25% a.a. com vencimentos até 20/01/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	44.636	47.324
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.165	1.969
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	42.471	45.355
Total circulante	44.636	47.324
Empréstimos no país	20.188	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	20.188	-
Total exigível a longo prazo	20.188	-

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de no máximo o valor do CDI+1,99% aa com vencimento em 15/11/2020.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	3.366	3.412
Obrigações por convênios oficiais	-	6
Provisão para pagamentos a efetuar	4.345	4.052
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	279	410
Provisão para coobrigações (i)	3.000	1.229
Pendências a regularizar	41	171
Operações com cartões	9.091	7.377
Demais fornecedores	396	366
Credores diversos	1.259	991
Total circulante	21.777	18.014

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	220	242	(350)	112
Cível	190	73	(96)	167
Total	410	315	(446)	279

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	112	220
Cível	Provável	167	190
Total		279	410

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 150 e R\$ 251 (2015 - R\$ 330 e R\$ 250), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	42.073	35.018
Total de associados	29.405	30.319

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.055 (2015 – R\$ 6.760), sendo R\$ 4.285 (2015 – R\$ 4.463) via integralização de resultados e R\$ 4.672 (2015 – R\$ 3.545), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.902 (2015 – R\$ 1.248).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.145, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Noroeste de Mato Grosso e Acre - Sicredi Noroeste MT e Acre utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 2.600 (2015 - R\$ 0), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Sendo que dessa receita, o valor de R\$ 2.000 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2016 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, “c” e “d”), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	20.826	16.923
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.747)	(7.108)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	7
Provisão resgate milhas cartão	15	52
Provisão de PPR	19	19
Receita com atos cooperativos	7.452	5.382
Juros sobre o capital próprio	1.321	1.058
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	314
Outros	(60)	108
Subtotal	8.747	6.940
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(168)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.313	50
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	129.074	86.463
Outros Créditos - Rendas a receber	770	1.273
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.946	1.625
Despesas antecipadas (Nota 08)	24	50
Investimentos (Nota 09)	10.115	9.072
Intangível (Nota 10)	3.827	3.292
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	66.224	73.485
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	64.824	47.324
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	8.807	7.373
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	143	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.640	77
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	15.182	10.347
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	2.600	-
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	11.442	9.796
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.069	885
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 22)	7.175	7.054

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	257	0,46%	190
Depósitos a prazo	374	0,49%	1.015
Operações de crédito	4.055	1,95%	2.404

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.268	1.991

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 16.887 (2015 - R\$ 13.767), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.434	1.814
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	14.491	9.599
Reversão de provisões operacionais	3.602	931
Outras rendas operacionais	2.328	3.054
Total	21.855	15.398

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.157	675
Contribuição O.C.E.	104	75
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	686	566
Contribuição Confederação Sicredi	4.183	4.290
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.440	1.485
Encargos da administração financeira	81	57
Repasso Administradora de Cartões	467	328
Outras provisões operacionais	3.882	478
Outras despesas operacionais	2.588	2.524
Total	14.588	10.478

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	113.821	66.817
Total	113.821	66.817

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	85.425	66.923
Capital principal - CP	85.425	66.923
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	39.248	27.657
Lucros acumulados	5.872	5.096
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.769	848
Total do capital qualificado	85.425	66.923
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	39.290	35.783
Índice sobre o PR considerando a RBAN	22,94%	20,76%
Situação para o limite de imobilização	12.038	11.376
Índice de imobilização (limite 50%)	14,09%	17,00%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Ediano Jose Neves
Diretor Executivo
CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira de Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72